

# Síndrome da Revolução Francesa não eclodida

MAURO CHAVES

As agressivas manifestações que culminaram na quebra (com ou sem picareta) do vidro da janela presidencial foram uma extrema baixaria, condenável sob todos os aspectos — e enquadrável em cominações penais, como o são todas as violências contra a pessoa. Mas se já é um exagero chamar-se tal baixaria de atentado, dizer-se que o vandalismo de alguns (sejam ou não pertencentes a grupos radicais e/ou militâncias partidárias) "atinge as instituições democráticas" é afirmar, categoricamente, que tais "instituições" não existem — ou não passam de um mero pensamento desejoso. Com que, então, em uma democracia as "instituições" são "atingidas" quando alguns exacerbados (que até podem ser desequilibrados mentais) ultrapassam os limites do saudável protesto, da sonora vaia, e partem para a agressão física de altas autoridades? Em uma das maiores democracias do mundo, os EUA, onde até presidentes já foram assassinados — tendo o atual, Reagan, recebido uns tiros (aquilo sim, um verdadeiro atentado) —, quando, em ocasiões como essas, se falou em "instituições democráticas atingidas" ou coisas do tipo?

Isso só acontece mesmo neste nosso arremedo subdesenvolvido de democracia, onde a primeira coisa que se pensa em tais ocorrências é no balanceio, no cambaleio das "instituições" — ou no esmagamento da "florzinha" eternamente "tenra" da democracia. Parece existir aqui uma espécie de "síndrome da Revolução Francesa não eclodida" cheia de complexos de culpa e de pavores onde um batalhão de Marias Antonietas premonitórias vislumbra, ao menor sinal, o levante arrasador do populacho que derrubará suas Bastilhas e cortará seu pescoço.

A rápida escolha da Lei de Segurança Nacional para o enquadramento dos agressores revela, antes de mais nada, que o governo da chamada Nova República, igualzinho aos cinco anteriores do regime militar, não confia em absoluto na lei e na Justiça comuns (especialmente na hora de defender "os seus"). É este com efeito, o grande exemplo que dá a todos os cidadãos comuns: "Na hora da violência entre vocês, apilem para o Código Penal e para a Justiça Comum — pois, como não funcionam, fica tudo por isso mesmo agora, na hora de violência contra a gente, cuidado, porque usaremos a LSN e a Justiça Militar". E a afolheza no anúncio da aplicação da LSN foi tanta que o consultor-geral da República, usurpando função que não é sua, expediu "nota oficial" informando minuciosamente o referido "enquadramento". Só que, talvez pela grande pressa, o sr. Saulo Ramos usou jurisprudência errada — pois a proclamação do STM que cita, à página 104, 1982, R.T., refere-se a LSN anterior e não à atual, que é a Lei nº 7.170 de 14/12/1983 —, usou doutrina errada — pois, pretendendo demonstrar que a "tentativa" de lesões corporais é prevista pelo artigo 27 da LSN (quando não é), cita trabalhos de Nelson Hungria, Magalhães Noronha e Heleno Cláudio Fragoso, todos relativos a interpretações da lei penal, comum e jamais à LSN —, e usou até português errado... ("a finalidade dessa norma legal destina-se a"); só faltou dizer que a finalidade tem por fim ou o destino se destina a...

Mais grave, no entanto, é o que está por trás da erumação desse alfacado específico do autoritarismo historicamente preservado por uma maioria peemedebista que não o aboliu por razões que se tornam cada vez mais claras: na hora da

maior pressão, na hora do "aperto", terá ele sempre serventia intimidatória, para conforto dos que estão no poder. Pois a verdade é que, a partir do vidro quebrado da janela do presidente, quaisquer manifestações de protestos, quaisquer vaia de altas autoridades, quaisquer mobilizações — mesmo pacíficas e ordeiras — destinadas a expressar legítima repulsa popular, poderão ser facilmente "enquadradas" na Lei de Segurança Nacional. Observe-se a linguagem intimidatória do próprio ministro da Justiça (Brossard, quem diria!), que, em entrevista a repórter de televisão, afirmou: "Se amanhã a polícia vier e intervir, não se venha dizer que houve excessos". Traduzindo: quaisquer excessos de repressão que venham a ser cometidos a partir de agora serão plenamente justificáveis (como não-excessos), uma vez que é necessário prevenir-se "atentados" que possam "atingir as instituições democráticas"... Pois por trás de cada vaia pode estar uma pedra, por trás de cada faixa de protesto pode estar uma perigosa picareta, assim como por trás de cada manifestação de repúdio a alta autoridade constituída pode estar um atentado...

Ainda bem que o Planalto reconheceu as gritantes falhas da segurança presidencial. A bem da verdade, neste clima de profunda decepção, de raiva, de revolta popular — sentida especialmente por um eleitorado que foi logrado por um governo e por um partido, com o conto do Cruzado e do "boi gordo" —, nesta falta absoluta de confiança que sente a população em relação a dirigentes incompetentes e políticos fisiológicos de toda a espécie, é bom que altas autoridades se locomovam em veículos de vidros blindados e à prova de projéteis. Quanto ao presidente Sarney, felizmente seus assessores em questões estratégicas acabaram entendendo e traduzindo adequadamente os índices de popularidade que atualmente desfruta. Tanto que na última cerimônia pública a que compareceu, na Catedral de Brasília, estava s. exa. protegido por nada menos de 800 soldados, enquanto o número de populares presentes não ultrapassava dezotto...

Não é que não existam aquelas minorias organizadas, especialmente interessadas na baderna. Elas existem, como sempre existiram e existirão. Mas que condições terão tais minorias de insuflar expressivo número de cidadãos do povo e fazê-los depredar e incendiar ônibus, saquear supermercados e lojas, praticar atos irracionais e violentos no espaço público, se não encontram o campo fértil da predisposição para a revolta, o que é fruto da mais profunda frustração coletiva? Adiantará tentar reprimir tais manifestações com a aplicação da Lei de Segurança Nacional ou coisas semelhantes?

Se o governo Sarney alimenta alguma esperança — pois a esperança é sempre a última que morre — de conseguir recuperar alguma porção de credibilidade junto à opinião pública e ao conjunto da sociedade brasileira, o que tem a fazer é administrar seu próprio medo, evitando passar para uma ofensiva repressora, sob o pretexto de proteger-se contra manifestações coletivas de repúdio. Afinal de contas, se daqui a uns dois meses a inflação estiver baixa, e ao mesmo tempo não houver desemprego em massa, se houver cortes profundos nos gastos públicos e diminuírem as negociatas, a bandalheira empreguista, se decrescer o número de concordatas, falências e as tarifas públicas pararem de subir, é possível que esse governo se agüente até as eleições diretas do ano que vem — sem quedas de Bastilhas nem guilhotinas...